

Latim, Púnico e Berbere na África do Norte: Identidade e Alteridade*

Regina Maria da Cunha Bustamante

Abstract

This article proposes to the analysis of how, in the process of Roman domination of North Africa, latin became a tool for the Roman power in the region.

Introdução

O idioma, sendo um importante elemento de identidade de uma sociedade, reafirma a sua alteridade em relação às demais sociedades. Os antigos romanos achavam que os “bárbaros” falavam de uma maneira estranha, o que não implica necessariamente que aqueles fossem analfabetos. Numa época em que a educação clássica privilegiava a oralidade, percebida, por exemplo, pela importância conferida à retórica visando desenvolver a arte da oratória, os bárbaros não eram vistos como selvagens iletrados, mas como falantes imperfeitos. Assim, além da aparência, do temperamento e da forma de se organizar, os “bárbaros” também se distinguiam dos “civilizados” pelo idioma.

Poucos grupos eventualmente incorporados ao Império Romano, tal como as populações berberes norte-africanas, eram ágrafas antes da conquista romana. Vários grupos haviam desenvolvido culturas escritas muitos séculos antes do domínio de Roma, tal foi o caso dos cartagineses na África do Norte. Oriundos da colonização fenícia, os cartagineses pos-

* Este artigo foi apresentado no XIII Seminário de Estudos Clássicos: “Escrita e oralidade no mundo clássico” (Niterói, 23 a 25 de fevereiro de 1999), promovido pelo Setor de Grego e Latim da Universidade Federal Fluminense. Foi elaborado a partir da tese “África do Norte e Império Romano: Processo de Integração. Estudo dos casos: *Hippo Regius* e *Thamugadi*”, defendida no Programa de Pós-Graduação de História da UFF em 1998, sob orientação do Prof. Dr. Ciro Flamarion Cardoso e com apoio financeiro da CAPES.

suíam a escrita púnica. Entretanto, esta situação modificou-se com a introdução do latim no contexto norte-africano.

1. África do Norte e os Romanos

Desde o século IX a.C., com a chegada dos fenícios ao Mediterrâneo Ocidental, a África do Norte inicia a sua história escrita. A visão histórica sobre esta região não advém, no entanto, destes colonos fenícios, cuja produção escrita sobreviveu apenas em pequena parte, mas sim dos antigos gregos e romanos, seus rivais na disputa pela hegemonia da região. A literatura cartaginesa, vertida para o grego e o latim, é muito fragmentada e incompleta. Tem-se o relato do périplo de Hanão, chefe da família dos mogônidas em meados do século V a.C. e responsável pela expansão cartaginesa no continente africano neste período, e a lista dos domínios de Cartago na segunda metade do século IV a. C. atribuída ao Pseudo-Silas. Por Salústio, em *Guerra de Jugurta* XVII, sabe-se da existência de livros púnicos sobre a história da região, creditados ao rei Hiempsal, que foram traduzidos ao latim e utilizados pelo autor romano na sua monografia histórica. Infelizmente, tais livros não sobreviveram até a atualidade. Também por referências romanas, no caso Columela (*Da agricultura* I, 13), Varrão (*A economia rural* I, 1, 10 e II, 5, 18), Plínio, o Velho (*História Natural* XVIII, 22-23) e Cícero (*O Orador* I, 249), sabe-se do tratado agrícola do século III a. C. escrito pelo púnico Magon, que, devido aos seus importantes conhecimentos técnicos, teve sua obra vertida ao latim a mando do Senado romano. As inscrições epigráficas púnicas são, em sua maioria, votivas ou epítáfios funerários, fornecendo informações limitadas.

A presença romana na região norte-africana se fez presente como consequência da vitória de Roma sobre os cartagineses nas Guerras Púnicas dos séculos III e II a.C. As duas potências disputavam a hegemonia do Mediterrâneo Ocidental. Inicialmente, Roma Republicana ocupou apenas o antigo território cartaginês, correspondente atualmente à Tunísia, mantendo os reinos locais da Numídia e da Mauritânia como seus clientes. Mas, por volta de meados do século I, no início do Império, Roma estendeu seu domínio direto sobre toda a região norte-africana. A produção agrícola desta região, já desenvolvida pelos cartagineses em grandes propriedades com mão-de-obra escrava e trabalho hidráulico de irrigação, foi ainda mais estimulada pelos romanos para atender às suas necessidades, tornando a África do Norte um dos celeiros de Roma. A chamada tríade mediterrânea, a vinha, a oliveira e o trigo, ao lado do fornecimento de marfim, mármore e animais selvagens, constituíam-se em riquezas norte-

africanas a serem exploradas pelos conquistadores romanos. Neste contexto político-econômico, o latim, língua oficial do Império Romano, foi introduzido na África do Norte.

2. Latim no Império Romano

No período imperial, houve a difusão do latim no Mediterrâneo Ocidental. Mesmo com diferenças temporais e espaciais, evidencia-se uma vasta circulação da escrita manifesta em diferentes formas: inscrições epigráficas oficiais, grafites, cartazes, ex-votos, libelos, prospectos em versos e prosas, calendários, cartas, documentação da administração civil e militar, textos jurídicos e obras literárias. Uma pequena parte desta produção escrita chegou até nós.

Os leitores não estavam mais limitados a circuitos específicos, com a elite sacerdotal e aristocrática ou a grupos de gramáticos e retóricos. Cavallo (1998: 71-78; 83-90) aponta que surgiu um perfil de um novo leitor durante o período imperial: *“um público médio que acabava tocando levemente também nas classes médias baixas”*, designado pelos autores antigos por *“vulgus, plebs, media plebs, plebeia manus”*, ele era *“heterogêneo em sua origem social e educação recebida”*, o que ocasionava *“escolhas e interesses de leituras diferenciados”*. Abrangia assim um leque social amplo: *“técnicos, funcionários e militares de bom nível, mercadores, agricultores e artesãos alfabetizados, ricos emergentes, mulheres de condição abastada, fáciles puellae”*. Era *“um leitor ‘livre’, que lê por prazer, por hábito ou pelo prestígio da leitura. Trata-se, em suma, de um novo público formado por pessoas que cultivam os gestos de leitura, independentemente do fato de serem alfabetizados, e até instruídos, cujas profissões não exigem qualquer ligação com a escrita”*. Entretanto o mesmo autor tem o cuidado de ressaltar que o público de leitores continuava a ser uma minoria, chegando a não mais de algumas dezenas de milhares.

O progresso da alfabetização em latim e a circulação de numerosos textos escritos levaram a uma crescente demanda de livros que foi atendida em parte pela criação de bibliotecas públicas e pelo incremento das particulares. Entretanto, a existência de bibliotecas públicas não pode ser atribuído exclusivamente a esta demanda. Elas serviam como um local de encontro e de convivência na cidade, espaço privilegiado da presença romana no Ocidente, onde o poder político, religioso e cultural dos romanos se mostrava com toda imponência. As bibliotecas públicas eram lugares acessíveis a todos. Cavallo e Chartier (1998: 17) distinguem os leitores das bibliotecas públicas helenísticas das romanas: enquanto as primeiras

eram reservadas a pequenos círculos, as outras eram abertas a qualquer pessoa que as quisesse freqüentar, mesmo que na realidade fossem freqüentadas por um público de leitores que muitas vezes já dispunham de bibliotecas particulares e procuravam obras antigas e raras para fazer certas comparações ou para ler rapidamente algum trecho.

Na construção das bibliotecas públicas, a iniciativa imperial, condizente com uma concentração e apropriação da cultura escrita por parte do poder, estava significativamente presente. Estes edifícios serviam tanto como monumentos de celebração identitária com a finalidade de conservar a memória histórica (desempenhando também a função de arquivos para os anais civis e religiosos da cidade) como instrumentos para selecionar e codificar o patrimônio literário (CAVALLO e CHARTIER, 1998: 18).

O evergetismo privado também ergueu bibliotecas públicas, não apenas para serem locais de entretenimento culto da vida urbana, mas também como obra de prestígio social e político. Foi por esta última via que *Thamugadi* (atual Timgad), uma colônia romana de porte médio no interior da Numídia possuía um biblioteca pública, com capacidade para vinte e três mil volumes (PFEIFFER, 1931: 157-165). Graças aos 400.000 sestércios legados por M. Júlio Quintiano Flávio Rogaciano (I.L.S. 9362) construiu-se este edifício, que se encontra particularmente bem cuidado e conservado. As paredes são de tijolos, cobertos de mármore branco e verde da Numídia. A biblioteca tinha um pátio com pórticos e um salão de leitura semi-circular com 12 m de diâmetro. Os livros ocupavam nichos, que se alternavam com as pilastras. Minerva, a deusa da sabedoria, estava entronizada no nicho central. Em *Thamugadi*, encontra-se portanto um importante indício de vida intelectual (LE GLAY, 1960: 485-491). Mas, nem sempre os leitores da biblioteca pública estavam ocupados com os livros, pois um jogo de amarelinha foi gravado nas lajes do pórtico. Outros freqüentadores rabiscaram as colunas com desenhos obscenos (I.L.S. 9362).

Nem todas as cidades dispunham de mecenas. No entanto, havia bibliotecas menores, anexas às "grandes termas", dedicadas talvez a um repertório de literatura de evasão. É provável que as obras não fossem lidas no interior das acomodações nas quais se encontravam os livros, mas ao longo das alamedas, no interior das basílicas ou nas salas das termas.

Por sua vez, os cristãos reuniam arquivos e livros nas sacristias. Graças a essa preocupação, foi conservada a gesta dos mártires norte-africanos. *Hippo Regius*, uma importante cidade portuária da África do Norte, tinha uma destas bibliotecas e, pelos escritos agostinianos (*Sermões* CLV; CCLXXIII; CCLXXX, 1; CCCIX; *Contra Juliano* II, 1-37), tem-se uma idéia dos tipos de livros que compunham o seu acervo: Bíblia (em grego e

em latim na tradução africana); livros apócrifos; o Apocalipse; atas dos mártires norte-africanos; obras de Tertuliano, Cipriano, Lactâncio e Ambrósio; e versões latinas das obras dos Padres gregos. Esta biblioteca sobreviveu à invasão vândala, inclusive com toda a prolifera produção agostiniana (POSSÍDIO. *Vida de Agostinho* XXXI).

No período republicano, a aristocracia romana formou suas bibliotecas particulares a partir dos despojos de guerra, obtendo-se assim livros gregos. Em torno destas bibliotecas, reuniam-se um pequeno círculo de intelectuais. A origem, portanto, das bibliotecas particulares estava na residência dos patrícios e na *uilla*, concebida como lugar de *otium*, em meio a livros e amigos. De acordo com Cícero, em *Sobre os fins bons e maus* V, 52, a elite se distinguia por usar a leitura não pelo prazer (*uoluptas*) mas pelo que dela se podia extrair (*utilitas*) para uma instrução mais elevada. Apesar de tal concepção não se manter no período imperial, evidencia-se que, no mundo das representações sociais daquela época, livros e leituras continuavam a ter seu lugar na abastança e nos comportamentos de uma vida opulenta. Assim, a expansão de bibliotecas particulares correspondeu tanto a uma necessidade de leitura como a uma ostentação do poder econômico de um grupo que busca na aparência adquirir uma “cultura de verniz”, que tem na figura literária de Trimalquião, da obra *Satiricon* de Petronio, uma de suas referências.

Em termos arquitetônicos, havia a preocupação de reservar lugares específicos na *domus* das elites para atividades intelectuais. Providas não somente de bibliotecas mas também de pórticos, de salas de recreio, de pinacotecas e de jardins, as residências ricas eram locais de sociabilidade que serviam de fundo à leitura privada das elites cultas. De acordo com o tratado arquitetônico de Vitruvius (Ibid, VI, 7), escrito no último terço do século I a.C., a biblioteca devia ser orientada para o levante visando aproveitar a luz matinal e evitar a umidade e as traças. Entretanto, para a pinacoteca, Vitruvius (Ibid, VI, 7) aconselhou a direção setentrional para manter a qualidade das matérias colorantes das obras pela uniformidade da luz. A confecção e a manutenção das cores na decoração eram assuntos importantes para o autor (VITRÚVIO. Ibid, VII, 7-14). Também com função cultural, havia o *tablinum* (VITRÚVIO. Ibid, VI, 4), um prolongamento do *atrium* (peça central da *domus*). Este cômodo servia como gabinete de trabalho do proprietário e onde se guardavam os arquivos da família, entre os quais, os *tabulae hospitales* (contratos de hospitalidade). As *imaginis* dos ancestrais, que originalmente encontravam-se no *atrium*, foram transferidas para o *tablinum*. Na África do Norte, manteve-se esta peça com a mesma função, a de escritório, na qual o proprietário poderia

se retirar da agitação cotidiana e tratar de seus assuntos. Entretanto, também comportava a recepção de amigos para atividades culturais (discussões ou leituras públicas), importantes para a vida social da elite e para cristalizar o modelo de homem culto e hábil no falar e escrever. É difícil identificar, nos vestígios arqueológicos, este tipo de cômodo. Um indício seria a decoração que se centrava em temas intelectuais e artísticos.

A associação entre livros e *status* nas residências de pessoas abastadas se apresentou também na iconografia da decoração doméstica. Ler ou estudar era um “ornamento” das classes tradicionalmente cultas que grupos de novos alfabetizados e novos ricos procuraram imitar. Livros e leitura estão profundamente inseridos no mundo das representações que distinguem grupos sociais. Eram freqüentes, nos afrescos, nos mosaicos e nos baixos relevos da época, cenas de leituras. Nas decorações das casas ricas, os esplêndidos medalhões de mosaico com musas (*p. ex.*: MAREC, 1958: 123-140) comprovam que as artes eram um tema condizente com os valores compartilhados pelas elites municipais do Império Romano.

Lancha (1997) realizou um estudo minucioso sobre a relação entre os mosaicos e a cultura no Ocidente romano do século I ao IV. Especificamente sobre a África do Norte,¹ evidenciou a riqueza de mosaicos sobre assunto literário ou cultural, com 46 exemplares, enquanto a Hispânia tem 38 e a Gália, 26. A autora (LANCHA, 1997: 394) relacionou a existência deste tipo temática às vias de comunicação (portos marítimos e fluviais), pois, na Mauritânia Cesariana, 8 estão situados nos portos; na África Proconsular, 18 em cidades litorâneas, 13 no interior e 7 em portos fluviais ou perto destes portos. A romanização portanto penetrou através destas vias. Estes mosaicos apontam tanto para a manutenção e a difusão do ideal do *musikos aner*, ideal da vida privada posto em evidência por H.-I. Marrou (1964) ao analisar os relevos dos sarcófagos, como para a romanização destas províncias. Os mosaicos demonstram a romanização não apenas nos portos e ao longo dos grandes eixos fluviais, mas também apresentam a sua nova forma no século IV: as *uillae* interioranas. Assim, a temática “cultural” ganha uma outra conotação condizente com o momento em questão: militantismo cultural pagão diante da ascensão do cristianismo. Portanto, a afirmação da cultura pagã mudou de sentido no decorrer do século I ao IV no Ocidente: inicialmente, simples adesão a uma cultura importada com o regime político e social que lhe era próprio, ela se metamorfoseou gradativamente num sistema defensivo destes valores políticos e culturais ameaçados no século IV pelo poder dos imperadores cristãos (LANCHA, 1997: 394-396). A riqueza dos temas, abordados pelos mosaístas a pedido da aristocracia local norte-africana, assinala a existên-

cia de uma cultura praticada, vista, lida e recitada e, não apenas, de um ideal distante e sonhado.

A África do Norte destacou-se por desenvolver uma forte cultura latina, presente em escritores pagãos, como Frontão e Apuleio, e cristãos, como Tertuliano, Minúcio Félix, Lactâncio, Cipriano e Agostinho, que revestiram o vocabulário litúrgico cristão na África do Norte com uma forte tradição latina.² Inscrições em *Hippo Regius* lembram dois membros do *ordo equester*, um dos quais se tornou o chefe do Escritório de Letras Latinas (MAREC e PFLAUM, 1953: 207-214).

Nos séculos II e III, a África do Norte desenvolveu na literatura latina o estilo denominado “barroco africano” (ver PICARD, 1990: cap. 6). Era uma forma de latim com intrincados jogos de palavras, volteios, rimas e adivinhações, enfim, artifícios verbais, que ainda eram muito apreciados nos discursos agostinianos (MOHRMANN, 1958: 43-66; LECLERCQ, 1947: 117-31). Havia uma preocupação com a gramática e pronúncia corretas, buscando evitar solecismos e barbarismos (AGOSTINHO. *Confissões* I, 18, 28), que caracterizava o falante imperfeito e o afastava da civilização romana.

A arte da oratória não foi usada apenas na literatura; manifestou-se também no direito:

“É uma boa coisa, graças à eloquência, ter o poder de possuir clientes atentos à menor palavra de um discurso bem torneado de seu protetor e todas as esperanças suspensas em seu lábios na sua boca (...)” (AGOSTINHO. *Comentários dos Salmos* CXXXVI, 3)

Pode-se observar esta verve também nas polêmicas religiosas que caracterizaram a África do Norte. Neste aspecto, Agostinho foi imbatível: entrou em debates contra maniqueus, donatistas, pelagianos e arianos (POSSÍDIO. *Vida de Agostinho* V-VII; IX; XII; XVI-XVIII).

Em *Thamugadi*, uma inscrição encontrada no fórum, na base da estátua de Públio Flávio Pudens Pompiano, vai mais longe: “*A erudição literária não se limita a uma só língua*”; louvava-se, então, a sua capacidade de unir “*a facúndia ática ao brilho romano*” (FÉVRIER, v. 2, 1990: 66). O latim era de conhecimento geral, mas o grego era o diferencial, o que distinguia. Tertuliano, por exemplo, escreveu algumas de suas obras (tais como, *Espectáculos*, *Batismo* e *Apologética*) primeiro em grego, vertendo-as depois para o latim. O próprio Agostinho esforçava-se por aprender grego em meados do século IV.³ Entretanto, a língua latina era fundamental. A cultura clássica, incluindo aí o domínio das habilidades lingüísticas e a competência nelas, conferia a possibilidade de acesso dos indivíduos ao poder.

A difusão dos escritos latinos teve no *codex* um importante elemento favorável. Segundo Cavallo (1998: 91-97), o *codex*, o livro-caderno “com páginas”, substituiu o rolo de papiro a partir do século II, utilizado de forma mais sistemática no Ocidente. Tornou-se a forma preferida pelos escritos cristãos e, conseqüentemente, pelos seus leitores. O sucesso do *codex* era assegurado por diversos fatores: custo menor pois a escrita ocupava os dois lados do suporte; fora do Egito, onde o papiro era comum, usava-se normalmente o pergaminho, produto animal que podia ser preparado em toda parte; forma mais prática para confecção e distribuição; possibilidade de uma leitura mais livre em seus movimentos e conveniente aos textos de referência e de concentração intelectual, como os de caráter jurídico e cristão. Transformações do livro e transformações das práticas de leitura avançaram conjuntamente.

3. Latim e a Política Imperial

O domínio da cultura latina, cultivada principalmente entre a elite municipal, significava uma possibilidade de ascensão, mesmo no Baixo Império,⁴ na medida em que o Estado romano tornou praticamente impossível a ascensão às instituições políticas sem a aquisição da língua latina. A difusão de uma cultura latina entre as elites municipais criou marcadores de distinção social, reforçando a coerência política e cultural identitária do grupo. A elite romana do final do Império Romano manteve-se unida, em parte, por um sistema educacional comum, baseado nos cânones clássicos. Assim, o latim ajudou o Estado romano a manter-se politicamente coeso, não apenas porque permitiu a transmissão de informações, ou seja, a comunicação entre o centro e as províncias romanas, mas porque criou uma identidade lingüística.

O ideal e o desejo de ter uma educação clássica manteve-se ainda com a cristianização do Império (MARROU, 1981). As condições de aprendizagem são diversas segundo as épocas, o estatuto social e as circunstâncias. Geralmente, ela se realiza no âmbito familiar, junto a professores particulares ou na escola pública. Cabia às municipalidades fornecerem a educação básica contratando professores (*C. Th.* XIII, 3, 1; XIII, 3, 5; AGOSTINHO. *Confissões* IV, 4, 7). Várias eram as fases e os níveis da aprendizagem, como a gramática e a retórica. Na África do Norte, as cidades mais importantes, como Cartago (AGOSTINHO. *Confissões* I, 16, 26; III, 1, 1 e 3, 6; APULEIO. *Flóridas* XX), Madaura e Mactar, possuíam ensino superior da retórica.

No espaço urbano, o poder de Roma era mais evidente. Os textos monumentais e visíveis em inscrições epigráficas eram uma forma de exercício do poder. Estes textos exerciam poder por sua localização no espaço e pela forma como se apresentavam. Assim, as epígrafes urbanas, em especial, estavam associadas ao domínio romano. Na África do Norte, as inscrições nas cidades eram escritas na sua maior parte em latim, língua dos conquistadores. As primeiras inscrições latinas apareceram nas épocas cesariana e augusta, quando a presença romana se intensifica na região (ALBERTINI, 1962: 39-44). No período imperial, proliferaram dedicatórias honoríficas aos imperadores. O caráter religioso não estava ausente nestas dedicatórias. Era uma outra forma de criar um sentimento comum de lealdade a Roma, sedimentando, num ato político-religioso, o Império.

Havia várias formas de manifestação da lealdade ao poder central nas províncias: o flaminato (colégio sacerdotal responsável pelo culto imperial), as estátuas imperiais e atividades evergéticas (construção e restauração de obras públicas, oferecimento de combate de gladiadores, jogos cênicos e distribuição de alimentos) organizadas em honra ao imperador. As dedicatórias, em prol da saúde do imperador, provinham de funcionários imperiais ou das autoridades municipais e membros da elite da cidade.⁵ Algumas vezes, a fórmula destas inscrições invocava as divindades tutelares (*conseruatores*) dos imperadores. Constituíram-se, portanto, num ato de lealdade política da parte dos funcionários imperiais e serviram como instrução ideológica aos habitantes da cidade.

As dedicatórias aos imperadores eram colocadas em lugares que propiciavam sua difusão, como obras de embelezamento da cidade. Kotula (1985: 257-285) considera que as dedicatórias eram o resultado da ação de propaganda imperial sobre a elite culta que vivia nas cidades. Esta reconhecia, através das dedicatórias, o Império Romano como garantia da segurança pública, essencial às suas atividades, sejam econômicas ou políticas. Era uma relação simbiótica entre a elite municipal e o Império Romano.

4. Púnico e Berbere

A sobrevivência de línguas locais, como o berbere e o púnico, em detrimento do domínio do latim, pode ser visto como um esforço de “resistência” ou manifestação de alteridade da população local frente à hegemonia político-militar romana que cooptou as elites urbanas norte-africanas. A supremacia de uma língua sobre outra pode ser explicada por esta hegemonia, ocorrendo entretanto numa certa resistência nativa à cultura dos novos dominadores. As línguas púnica (SAUMAGNE, 1953: 169-

178; MILLAR, 1968: 126-134; FANTAR, 1987: 167-192) e líbica⁶ subsistiram, principalmente nas cidades de origem púnica e no interior. Na região úmida, foram encontradas inscrições em que se misturavam elementos latinos e púnicos (C.I.L. VIII, 7793; 1008; 4636 e 4936) bem como elementos latinos e líbicos (C.I.L. VIII, 4274; 5209; 5216; 5220; 5225). Segundo Février (1990: 115-122), as inscrições púnicas e líbicas são abundantes no nordeste argelino, ou seja, na área que se estende de *Cirta* a *Thagaste* e até o litoral. Entretanto, no planalto, elas são escassas e até inexistentes além de *Theuste*, de *Mascula* ou de *Thamugadi*. São os "silêncios" da epigrafia (FÉVRIER, 1987: 167-192). As inscrições, em caracteres neo-púnicos, são encontradas em estelas para os mortos e deuses, fora do perímetro urbano. A epigrafia latina mostra que nomes indígenas permaneceram; por exemplo, uma dedicatória de *Thamugadi* dá o nome de *Iugurtha* a um flâmine perpétuo do *ordo equester*. Mártires se chamavam *Miggin*, *Namphamo* e *Zebbo*. Mesmo o nome *Monica*, da mãe de Agostinho, deriva do nome de uma deusa local, *Mon* (BROWN, 1971: 33). Bénabou (1976: 383-588) realizou estudos onomásticos para comprovar a resistência norte-africana ao domínio romano a partir da manutenção de nomes púnicos e berberes. Em sentido inverso foram os estudos onomásticos realizados por Lassère (1977). Os nomes das famílias e os prenomes são indicações preciosas, particularmente quando se constituíram séries, tal como a dos colonos levados por Sítio ou daqueles vindos da Campânia. O autor procurou mostrar o impacto de novos elementos vindos de todas as províncias, ou seja, uma abertura da África do Norte ao Mediterrâneo, graças aos mediterrâneos que ali afluíram. Esta posição foi contestada por Février (1990: 121-122), que alegou que nomes e prenomes estão mais sujeitos à moda, ao gosto e à sensibilidade do que à origem social ou étnica.

Diversas passagens de Agostinho,⁷ que prolongavam algumas alusões de Apuleio e do jurista Ulpiano, fazem referência ao uso do púnico na região úmida. Numa delas, na *Carta XXIX*, 3, Agostinho explicava a escolha de Antonino para o episcopado de Fussala: o conhecimento da língua púnica. O bispo católico (*Sermões XLIX*, 36 e *CVIII*, 5) estava cômico de que a heresia donatista, que nascera na Numídia, recrutava seus fiéis no seu interior, onde a população não falava o latim (MANDOUZE, 1986: 193-217). A *Carta XX* de Agostinho mostra que tanto as populações de *Fussala* e *Thogonoetum* falavam púnico como o primaz da Numídia (o bispo de Macomades, cidade dos Altiplanos), que pôde dialogar com os habitantes de Fussala, vítimas de Antonino.

Entretanto, mesmo Agostinho, admirador da cultura latina, na *Carta* XVII, 2, manifestou o seu orgulho da herança púnica ao responder às zombarias do pagão Máximo de *Madaura* sobre os nomes púnicos:

“Como é que pudeste te esquecer, a ponto de atacar os nomes púnicos, escrevendo como homem da África para africanos, quando na verdade ambos somos africanos? Parece esquecer-te daquilo que é reconhecido pelos homens de saber: os escritos púnicos são de qualidade.”

Para Courtois (1975: 273-294) e Brown (1971: 19), “púnico”, referido por Agostinho, deve ser entendido no “sentido genérico de africano”, ou seja, dialetos nativos falados pela maioria dos homens do campo e compartilhados por muitos pessoas, na cidade, com o latim, enfim, qualquer língua falada na África do Norte que não fosse o latim.⁸

Conclusão

O controle romano sobrepôs-se a um mosaico de sociedades locais e grupos autônomos resultando numa nova configuração de poder, na qual as diferenças culturais não foram obliteradas, mas coordenadas em uma nova geografia imperial de cultura. A África do Norte, antes da conquista romana, caracterizava-se por um poder social, político e econômico muito fragmentado. As escritas locais tornaram-se “bárbaras” à medida que o novo conjunto imperial de valores se impunha e com relação ao qual as escolhas e preferências locais seriam definitivamente avaliadas. A expansão imperial foi acompanhada por uma generalizada mudança cultural que menosprezou as línguas locais, como o púnico ou berbere, fatores de alteridade para o Império Romano. Assim, o latim, tanto como língua escrita e falada, foi elemento usado para estabelecer o poder romano na região norte-africaná.

Abreviações

A.É.	L'Année Epigraphique
B.A.C.T.H.S.	Bulletin d'Archéologie du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques
C.I.L.	Corpus Inscriptionum Latinarum
C.Th.	Codex Theodosianus
I.L.S.	Inscriptiones Latinae Selectae

Documentação arqueológica

MAREC, E. "Mosaïques des Muses d'Hippone". In: *Lybica: Archéologie-Épigraphie* 6: 123-140, 1958.

PFEIFFER, H. F. "The Roman library of Timgad". In: *Mémoires of the American Academy in Rome* 9: 157-165, 1931.

Documentação textual

AGUSTÍN. "Confessiones". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 2. Madrid: La Editorial Católica, 1953. (Biblioteca de Autores Cristianos)

AGUSTÍN. "Questões sobre el Heptateuco". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 28. Madrid: La Editorial Católica, 1990. (Biblioteca de Autores Cristianos)

AGUSTÍN. "Réplica a Juliano". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 35. Madrid: La Editorial Católica, 1985. (Biblioteca de Autores Cristianos)

AGUSTÍN. "Exposición de algunos textos de la Carta a los Romanos; Exposición incoada de la Carta a los Romanos". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 18. Madrid: La Editorial Católica, 1967. (Biblioteca de Autores Cristianos)

AGUSTÍN. "El Sermon de la Montaña". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 12. Madrid: La Editorial Católica, 1958. (Biblioteca de Autores Cristianos)

AGUSTÍN. "Comentarios a los Salmos (4º) 118-150". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 22. Madrid: La Editorial Católica, 1983. (Biblioteca de Autores Cristianos)

AGUSTÍN. "Cartas (1º) 1-140". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 8. Madrid: La Editorial Católica, 1953. (Biblioteca de Autores Cristianos)

AGUSTÍN. "Sermones (2º) 51-116". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 10. Madrid: La Editorial Católica, 1955. (Biblioteca de Autores Cristianos)

AGUSTÍN. "Sermones (4º) 184-272". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 24. Madrid: La Editorial Católica, 1985. (Biblioteca de Autores Cristianos)

- AGUSTÍN. "Sermones (5º) 273-338". In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 25. Madrid: La Editorial Católica, 1982. (Biblioteca de Autores Cristianos)
- AGUSTINUS. Replica a las cartas de Petiliano. In: _____. *Obras completas de San Agustín*. v. 33. Madrid: La Editorial Católica, 1986. (Biblioteca de Autores Cristianos)
- ALBERTINI, E. "Sur la plus ancienne inscription de l'Hippone Romaine". In: *Bulletin de l'Académie d'Hippone* 38: 39-44, 1962.
- APULÉE. *Florides*. trad. P. Vallette. Paris: Les Belles Lettres, 1924. (Coll. des Universités de France)
- CICERO. *De finibus bonorum et malorum*. trad. H. Rackham. London: W. Heinemann, 1951. (The Loeb Classical Library)
- CICERON. *De l'Orateur*. 3 v. trad. E. Courbaud, H. Bornecque. 6 ed. Paris: Les Belles Lettres, 1967. (Coll. des Universités de France)
- CODEX THEODOSIANUS. *The Theodosianus code and the novels and Sirmodien*. tad. C. Pharr, T. S. Davidson, M. B. Pharr. Princeton: Princeton University Press, 1952.
- COLUMELA. *Los doce libros de agricultura*. 2 v. trad. C. J. Castro. Barcelona: Iberia, 1959.
- CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM. v. VIII: *Inscriptiones Africae Latinae*. 1 pte.: *Inscriptiones Africae Proconsularis et Numidae*. org. G. Wilmanns. Berlin: *Georgium Reimerum*, 1891.
- DESSAU, H. *Inscriptiones Latinae Selectae*. Berlin: Weidmanns, 1963. 3 v.
- PLINE, L'ANCIEN. *Histoire Naturelle*. 34 t. trad. J. Beaujen et al. Paris: Les Belles Lettres, 1947-1966. (Coll. des Universités de France)
- POSIDIO. "Vida de Agustín". In: AGUSTINUS. *Obras completas de San Agustín*. v. 1. Madrid: La Editorial Católica, 1946. (Biblioteca de Autores Cristianos)
- SALÚSTIO. "Guerra de Jugurta". In: _____. *Obras completas*. trad. A. da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1974. pp. 71-186. (Col. Horizonte — Clássicos 2, dir. J. Serrão)
- VARRON. *L'économie rurale*. trad. X. Russelot. Paris: Pañckoucke, 1843.
- VITRUVIUS. *Los diez libros de Arquitectura*. trad. A. Blánquez. Barcelona: Iberia, 1955.

Bibliografia

- BÉNABOU, M. Résistance et romanisation en Afrique du Nord sous le Haut-Empire. VI CONGRÈS INTERNATIONALE D'ÉTUDES

- CLASSIQUES. *Assimilation et résistance à la culture gréco-romaine dans le monde ancien*. Bucaresti — Paris: Editura Academiri — Les Belles Lettres, 1976. pp. 383-588.
- BROWN, P. *La vie de Saint Augustin*. Paris: Seuil, 1971.
- CAVALLO, G. "Entre *volumen* e *codex*: a leitura no mundo romano".
CAVALLO, G., CHARTIER, R. (org.) *História da leitura no mundo ocidental*. trad. Fulvia M. L. Moretto et al. São Paulo: Ática, 1998. pp. 71-102. (Col. Múltiplas Escritas)
- CAVALLO, G., CHARTIER, R. "Introdução". In: CAVALLO, G., CHARTIER, R. (org.) *História da leitura no mundo ocidental*. trad. Fulvia M. L. Moretto et al. São Paulo: Ática, 1998. pp. 5-40. (Col. Múltiplas Escritas)
- COURTOIS, C. "Saint Augustin et le problème de la survivance du punique". In: *Les Cahiers de Tunisie* 23 (89-90): 273-294, 1975.
- DANIÉLOU, J., MARROU, H.-I. *Nova História da Igreja*. v. 1: Dos primórdios a São Gregório Magno. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ESTAILLEUR-CHANTERAINÉ, P. d'. "De Port-Royal à Hippone: Saint Augustin, évêque berbère". In: *Revue des Deux Mondes* 19: 521-530, 1955.
- FANTAR, M. Survivances de la civilisation punique en Afrique du Nord. ATTI DEL VII CONVEGNO DI STUDIO (Sassari, 16-18 dicembre 1988). *L'Africa Romana*. Sassari: Gallizzi, 1987. pp. 167-192.
- FÉVRIER, P.-A. Paroles et silences (à propos de l'épigraphie). ATTI DEL V CONVEGNO DI STUDIO (Sassari, 12-14 dicembre 1986). *L'Africa Romana*. Sassari: Galizzi, 1987. pp. 167-192.
- _____. *Approches du Maghreb Romain; pouvoirs, différences et conflits*. 2 v. Aix-en Provence: ÉDISUD, 1989/1990.
- FREND, W. C. "A note on the Berber background in the life Augustine". In: *Journal Theological Studies* 43: 188-191, 1942.
- GAUTIER, E.F. *Le passé de l'Afrique du Nord; les siècles obscures*. Paris: Payot, 1952. pp. 124-129. (Coll. Petit Bibliothèque Payot, 67)
- HAMMAN, A.-G. *Santo Agostinho e seu tempo*. trad. A. Cunha. São Paulo: Paulinas, 1989.
- KOTULA, T. "Thèmes de la propagande impériale à travers les inscriptions africaines du Bas-Empire". In: *Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques* 19 (B): 257-285, 1985.

- LANCHA, J. *Mosaïque et culture dans l'Occident romain Ier. — Ve. siècle*. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 1997.
- LASSÈRE, J.-M. *Vbiquè populus*; peuplement et mouvement de population dans l'Afrique Romaine de la chute de Carthage à la fin de la dynastie des Sévères (146 av. J.-C. — 235 ap. J.-C.). Paris: CNRS, 1977.
- LE GLAY, M. "La vie intellectuelle d'une cité romaine des confins de l'Aures". In: *Latomus* 44: 485-491, 1960.
- LECERF, J. "Notule sur Saint Augustin et les survivances puniques". In: *Augustinus Magister* 1: 31-34, 1954.
- LECLERCQ, J. "Prédication et rhétorique au temps de Saint Augustin". In: *Revue Bénédictine* 57: 117-131, 1947.
- LEPELLEY, C. "Une émigration de l'ambition: carrières d'africains loin d'Afrique à l'époque romaine tardive". In: *Les Cahiers de Tunisie* 37 (155-156): 185-210, 1991.
- LEPELLEY, C. "Une témoignage augustinien sur les langues parlées à Hippone et à Sitifis au début du Ve. siècles". In: *Bulletin du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques* 20-21: 154-157, 1984-1985.
- MANDOUZE, A. Les donatistes entre ville et campagne. ACTES DU IIIe. COLLOQUE INTERNATIONAL. *Histoire et archéologie de l'Afrique du Nord*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1986. pp. 193-217.
- MARÇAIS, A. M. W. "Saint Augustin et le problème de la survivance du punique". In: *Revue Africaine* 94 (422-423): 259-282, 1950.
- MAREC, E., PFLAUM, H.-G. "Deux carrières équestres d'Hippone". In: *Lybica: Archéologie-Épigraphie* 1: 207-214, 1953.
- MARROU, H.-I. *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*. t. 2: Le monde romain. 7. éd. Paris: Seuil, 1981. (Coll. Points Histoire, 57)
- MARROU, H.-I. *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. Paris: Boccard, 1938.
- MARROU, H.-I. *Saint Augustin et la fin de la culture antique; retractation*. Paris: Boccard, 1949.
- MARROU, H.-I. *Mousikos Aner; étude sur les scènes de la vie intellectuelle figurant sur les monuments funéraires romaine*. 2. ed. Rome, 1964.
- MILLAR, F. "Local cultures in the Roman Empire: lybian, punic and latin in Roman Africa". In: *Journal of Roman Studies* 58: 126-134, 1968.
- MOHRMANN, C. "Saint Augustin, écrivain". In: *Recherches Augustiniennes* 1: 43-66, 1958.

- PICARD, G.-C. *La civilisation de l'Afrique Romaine*. 2. éd. Paris: Études Augustinienne, 1990.
- SAUMAGNE, C. "La survivance du punique en Afrique aux Ve. siècle et VIe. siècle après J.-C." *In: Karthago* 4: 169-178, 1953.
- SIMON, M. "Punique ou berbère? Note sur la situation linguistique dans l'Afrique Romaine". *In: Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire Orientales et Slaves* 13: 613-629, 1955.

Notas

¹ Lancha (1997: 393) ressalta que na Mauritània Tingitânia encontraram-se apenas mosaicos geométricos ou com temáticas mitológicas.

² A liturgia latina afirmou-se inicialmente na África do Norte antes que em Roma, onde a liturgia era celebrada em grego até meados do século IV. O latim da Igreja na África do Norte era utilizado na Bíblia, na liturgia e na pregação, o que chocava os puristas, mas servia a comunidade cristã. Assim, a Igreja familiarizou o latim e ajudou em sua difusão (HAMMAN, 1989: 43). Antes da *Vulgata* de São Jerônimo, já circulava na África do Norte uma tradução completa da Bíblia em latim (DANIÉLOU, 1984: 166.)

³ Marrou (1938) em sua tese de doutorado havia defendido que Agostinho não aprendera o grego. Esta posição foi mais tarde retificada (MARROU, 1949).

⁴ Lepelley (1991: 185-210) identificou vinte e dois jovens norte-africanos, além de Agostinho, que, possuidores de uma educação clássica, partiram para a Itália visando seguir a carreira administrativa e, assim, ter esperança de promoção social. A conquista vândala pôs fim ao sonho.

⁵ Por exemplo: B.A.C.T.H.S. 1907, 274; B.A.C.T.H.S. 1982, 184-185; A.É. 1895, 108 = B.A.C.T.H.S. 1894, 361; B.A.C.T.H.S. 1896, 284; A.É. 1981, 891; *C.I.L.* VIII, 17884; *C.I.L.* VIII, 17885 = 2386; B.A.C.T.H.S. 1906, 214; *C.I.L.* VIII, 22312; *C.I.L.* VIII 2345 = I.L.S. 633; A.É. 1949, 134; *C.I.L.* VIII, 2387; *C.I.L.* VIII, 22311; *C.I.L.* VIII, 17886; *C.I.L.* VIII, 17887; *C.I.L.* VIII, 17882; *C.I.L.* VIII, 17883; *C.I.L.* VIII, 2346 = I.L.S. 632; VIII 2347 = I.L.S. 631; VIII, 17183.

⁶ Da língua líbica, ancestral da língua berbere atual, um número ínfimo de palavras é conhecido. Segundo Février (1990: 115), seriam uma dúzia.

⁷ AGOSTINHO. *Questões no Heptateuco* VII, 16; *Comentários dos Salmos* CXXXVIII, 18; *Sermão da Montanha* II, 47; *Sermão* CXIII, 2; *Para os Romanos* XIII; *Contra as cartas de Petiliano* II, 239; *Comentários de Jó* XV, 27; *Sermão* CLXVII, 4.

⁸ Sobre a questão do púnico e do berbere em Agostinho, ver: FRIEND, 1942: 188-1991; MARÇAIS, 1950: 259-282; GAUTIER, 1952: 124-129; LECERF, 1954: 31-34; SIMON, 1955: 613-629; ESTAILLEUR-CHANTERAINE, 1955: 521-530; LEPELLEY, 1984-1985: 154-157.